



Foto Sérgio Borges - Telefoto Estado

Funaro, aplaudido e vaiado na Câmara

Os partidos não sabem quantos deputados têm

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O Congresso reinicia suas atividades com um quadro partidário indefinido. Nem os próprios líderes parlamentares têm certeza de quantos senadores e deputados comandam, em virtude da facilidade com que os políticos — depois de tanto tempo de constrangimentos, por causa da exigência da fidelidade partidária — transitam de uma agremiação para a outra.

O esfacelamento real dos partidos começou, antes mesmo da revogação do dispositivo constitucional sobre fidelidade, através do racha do PDS. A rejeição à candidatura do deputado Paulo Maluf à Presidência da República resultou na ruptura do PDS, até então partido majoritário, cujo presidente, José Sarney, o abandonou, para ajudar a criar o PFL e depois ser companheiro de chapa de Tancredo Neves, no PMDB. O PFL, que não teve bom desempenho nas eleições para as prefeituras das capitais, vem crescendo e abrigando principalmente ex-pedessistas. Dispõe hoje de 20 senadores e 120 deputados se forem incluídos aí os dez ligados ao ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães.

O PDS, que antes da eleição presidencial detinha os governos do Nordeste, do Rio Grande do Sul, Mato Grosso e de Santa Catarina, conta apenas com o último. Dos 235 deputados restam-lhe de 85 a 90 e dos 45 senadores, pouco mais de vinte.

O PTB, de cujo crescimento tanto se falou por conta da vitória de Jânio Quadros para a Prefeitura de São Paulo, tem apenas dez deputados. Não conquistou mais nenhuma adesão, afora a do ex-secretário-geral do PDS, Armando Pinheiro. Há indicações de que o governador do Mato Grosso, Júlio Campos, desistiu de ingressar na legenda, juntamente com o senador Roberto Campos e, ora, se esforça por remover objeções à sua entrada na Frente Liberal.

O PT continua com cinco deputados, apesar do excelente desempenho eleitoral de seu candidato à prefeitura paulistana, Eduardo Suplicy e de se falar tanto em suas excelentes virtualidades eleitorais. Não tem

conseguido atrair os atuais parlamentares.

O próprio PDT, do governador Leonel Brizola, não cresceu tanto como se esperava. Está com 28 deputados e dois senadores, um deles o bionico Raimundo Parente. Segundo seu líder, há esperanças de chegar, em breve, aos 35 deputados. Preve-se que ele venha a se constituir estuário dos descontentamentos dos peemedebistas com as sucessões estaduais.

Não há informações seguras sobre mudanças mais recentes porque muitos políticos somente querem tomar decisões quando se definir o quadro sucessório de seus Estados, quando, então, poderão aferir o que mais convém à sua sobrevivência ou ao seu crescimento político.

Durante o regime militar, as mudanças de partido eram punidas com a perda de mandato. Com o fim do arbítrio, o próprio texto constitucional perdeu força porque sequer foi argüido contra a candidatura do então senador José Sarney, eleito pela Arena, e pelo PMDB, vice-presidente da República. Os políticos passaram a mudar de legenda como mudam de camisa.

Ainda ontem, o deputado Epitácio Cafeteira que deixou o PMDB por discordar do encaminhamento da disputa da Prefeitura de São Luís, afirmava: "Estou ainda no PDT mas estou em trânsito". Também o governador do Ceará, Luiz Gonzaga Mota, eleito pelo PDS, passou para a Frente Liberal por discordar da candidatura Paulo Maluf. Quando perdeu o controle do PFL cearense para o vice-governador Adauto Bezerra, político de maior densidade eleitoral, transferiu-se para o PMDB. Chegou a ameaçar entrar no PDT, caso fosse rejeitado pelo partido majoritário. O ex-líder do PMDB, Freitas Nobre, foi para o PDT, na expectativa de ser candidato à prefeitura paulistana. Como tal esperança não se positivou voltou ao ninho antigo.

Somente a 15 de maio — quando, por lei, se encerra o prazo para mudança de legendas de quem pretende disputar as eleições de novembro — é que se poderá ter fisionomia mais definida e perfil mais claro da correlação de forças do Congresso Nacional.